

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

12º CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA  
PROVIMENTO DE CARGOS NA CLASSE DE INGRESSO DA  
CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**CP 12/09 - PROCURADOR DO ESTADO**

**FASE INTERMEDIÁRIA**

**CADERNO DE QUESTÕES**

**GRUPO II**

**PROVAS DISCURSIVAS DE:**

**DIREITO CIVIL**

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSO TRIBUTÁRIO**

21/02/2010 – Turno tarde

FUNDATEC PROCESSOS SELETIVOS  
**ISO**  
9001:2008

## **DIREITO CIVIL**

### **QUESTÃO 01 (máximo 30 linhas):**

Disserte sobre os pressupostos objetivos da responsabilidade civil: ilicitude, dano ou prejuízo reparável e vínculo de causalidade.

### **QUESTÃO 02 (máximo 15 linhas):**

Comente brevemente sobre o princípio da atipicidade contratual.

### **QUESTÃO 03 (máximo 15 linhas):**

Disserte sobre o princípio da autorresponsabilidade e a proteção da confiança no tráfego negocial.

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

### **QUESTÃO 04 (máximo 30 linhas):**

Liste os pressupostos de admissibilidade do recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal e discorra brevemente sobre cada um deles.

### **QUESTÃO 05 (máximo 15 linhas):**

Em acórdão transitado em julgado, o Tribunal de Justiça, em sede de apelação, condenou o réu e determinou que se procedesse à liquidação por artigos para o cálculo da condenação. Pode o juiz de primeiro grau, contrariamente ao que decidiu o Tribunal, determinar que se proceda à liquidação por arbitramento? Por quê?

### **QUESTÃO 06 (máximo 15 linhas):**

Discorra sobre a dupla função da regra do ônus da prova, contida no artigo 333 do Código de Processo Civil.

## **DIREITO TRIBUTÁRIO E PROCESSO TRIBUTÁRIO**

### **QUESTÃO 07 (máximo 30 linhas):**

Discorra sobre o uso de sanções políticas contra o contribuinte inadimplente, dizendo o que são essas sanções, indicando exemplos e abordando a possibilidade ou impossibilidade do seu uso por parte da Fazenda Pública. Neste último caso, a resposta deve indicar os dispositivos constitucionais, infraconstitucionais e jurisprudenciais que a fundamentam.

**QUESTÃO 08 (máximo 15 linhas):**

Discorra sobre os limites da coisa julgada decorrente de mandado de segurança impetrado em face de relação tributária de natureza continuativa, dizendo quais são os elementos que determinam o termo final da projeção dos seus efeitos futuros e explicando o alcance da Súmula nº 239 do Supremo Tribunal Federal (“Decisão que declara indevida a cobrança do imposto em determinado exercício não faz coisa julgada em relação aos posteriores”).

**QUESTÃO 09 (máximo 15 linhas):**

Disserte sobre a responsabilidade por substituição e a responsabilidade por transferência, abordando as diferenças entre uma e outra relativamente ao momento em que o responsável ocupa o lugar do contribuinte, se antes ou depois da ocorrência do fato gerador, e esclareça se o responsável, em cada uma das hipóteses, responde por débito próprio ou débito alheio.